



Simulado Final

# TCE PE

Analista De Gestão - Administração

Pós-Edital

# Simulado

Simulado Final TCE-PE (Analista de Gestão - Administração)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TCE-PE**, cargo de **Analista de Gestão - Administração**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/qcRG7CQUsCpUiccT8>

01 - A B C D E	17 - A B C D E	33 - A B C D E	49 - A B C D E	65 - A B C D E
02 - A B C D E	18 - A B C D E	34 - A B C D E	50 - A B C D E	66 - A B C D E
03 - A B C D E	19 - A B C D E	35 - A B C D E	51 - A B C D E	67 - A B C D E
04 - A B C D E	20 - A B C D E	36 - A B C D E	52 - A B C D E	68 - A B C D E
05 - A B C D E	21 - A B C D E	37 - A B C D E	53 - A B C D E	69 - A B C D E
06 - A B C D E	22 - A B C D E	38 - A B C D E	54 - A B C D E	70 - A B C D E
07 - A B C D E	23 - A B C D E	39 - A B C D E	55 - A B C D E	71 - A B C D E
08 - A B C D E	24 - A B C D E	40 - A B C D E	56 - A B C D E	72 - A B C D E
09 - A B C D E	25 - A B C D E	41 - A B C D E	57 - A B C D E	73 - A B C D E
10 - A B C D E	26 - A B C D E	42 - A B C D E	58 - A B C D E	74 - A B C D E
11 - A B C D E	27 - A B C D E	43 - A B C D E	59 - A B C D E	75 - A B C D E
12 - A B C D E	28 - A B C D E	44 - A B C D E	60 - A B C D E	76 - A B C D E
13 - A B C D E	29 - A B C D E	45 - A B C D E	61 - A B C D E	77 - A B C D E
14 - A B C D E	30 - A B C D E	46 - A B C D E	62 - A B C D E	78 - A B C D E
15 - A B C D E	31 - A B C D E	47 - A B C D E	63 - A B C D E	79 - A B C D E
16 - A B C D E	32 - A B C D E	48 - A B C D E	64 - A B C D E	80 - A B C D E

**SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES**

*Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!*

<https://coruja.page.link/UTGw>

**MÓDULO I  
CONHECIMENTOS GERAIS****LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas*

- 1.** O raciocínio indutivo de um texto argumentativo aparece exemplificado na seguinte opção:
- a) Os mamíferos bocejam quando veem outros bocejar, o que pode explicar a onda de bocejos que rolou na aula de ontem.
  - b) A maresia corrói todo metal que vê pela frente, por isso os ferros dos alicerces das casas na orla estão estragados.
  - c) Em geral, temos a tendência de justificar nossos erros e ser implacáveis com os dos outros; portanto, não me venha com suas desculpas.
  - d) O livro que acabei de ler não me cativou; os livros de hoje não têm mais a mesma profundidade dos clássicos da literatura.
  - e) Os eletrodomésticos atuais não são feitos para durar, daí que já perdi a conta de quantas vezes já levei minha máquina de lavar para o conserto.
- 2.** Assinale a frase classificada como argumentativa, por possuir uma tese e argumentos que a sustentem.
- a) Enquanto não houver segurança, a prudência é nosso maior escudo.
  - b) É inadiável abrirmos caminho para o que nos liberta.
  - c) Amizade real é vulnerabilidade sem qualquer medo.
  - d) A coragem é exaltada, em parte, por quem nunca enfrentou o perigo.
  - e) Existem opiniões que ignoram os fatos; com isso perde-se toda credibilidade.

- 3.** Assinale a opção que indica o fragmento textual que pertence ao modo narrativo de organização discursiva.
- a) Toda luz parecia irradiar daquela árvore frondosa, como a primavera em pessoa.
  - b) Apenas uma árvore no mundo batizou um país: o pau-brasil, conhecido por sua beleza.
  - c) À noite, perambulando sem rumo pela cidade vazia, topei com uma belíssima árvore de Jacarandá.
  - d) Mesmo diante do caos provocado pela tempestade, as árvores permaneciam inabaláveis.
  - e) As árvores são mais que plantas; elas são as representantes da vida entre nós.
- 4.** Entre as frases abaixo, assinale aquela em que o vocábulo “mais” exemplifica uma classe gramatical diferente das demais frases.
- a) Não havia mais ninguém por ali.
  - b) Os alunos não poderiam estar mais contentes.
  - c) Na infância, é importante dormir mais cedo.
  - d) A situação tende a ficar mais grave hoje.
  - e) A tecnologia avança mais a cada dia.
- 5.** A frase abaixo em que a preposição sublinhada tem valor semântico, não sendo exigida por nenhum termo anterior, é:
- a) Aqueles que chegam primeiro têm o direito de usufruir de certos benefícios.
  - b) A invenção de novas tecnologias exige uma proteção mais eficaz.
  - c) As autoridades, dentro de seus gabinetes, se afastaram de qualquer contato com a população.
  - d) A multidão participava ativamente de um protesto contra o aumento das passagens.
  - e) O primeiro dia de aula foi cheio de expectativas pelos alunos.

- 6.** Assinale a frase que mostra a presença de antônimos em sua estruturação.
- a) Para todo mal, há cura.  
b) A ciência e a religião não são tão separadas quanto parecem.  
c) O diálogo constrói pontes sobre os abismos da incompreensão.  
d) Existe apenas um instante entre o chegar e o partir.  
e) Vamos deixar de ser inquilino da vida para se tornar proprietário da sorte.
- 7.** Assinale a frase que está inteiramente em linguagem lógica, sem conotação (linguagem figurada).
- a) As flores dançam ao compasso dos ventos.  
b) Resiliência: cair mil vezes e florescer mesmo sobre as cinzas.  
c) Futebol é um esporte para todos, e não apenas para feras da bola.  
d) Aquele filme reacendeu os sonhos que eu pensava terem se apagado.  
e) Aproveite o tempo. Viva a vida. Esses são os conselhos para a felicidade.
- 8.** Um prefeito, em discurso na abertura da sessão legislativa da Câmara Municipal, defendia a aprovação de projetos de lei que aumentavam os impostos municipais com as seguintes palavras:  
  
“Senhores vereadores, sei que o aumento de impostos pode parecer uma pauta delicada, mas peço um voto de confiança desta Casa Legislativa: sou pai de família, cresci nesta cidade, sempre lutei pelos mais pobres e fui eleito com a maior votação da história do município.”  
  
Nesse caso, o prefeito está empregando uma falácia argumentativa, que é
- a) produzir uma generalização precipitada, que produz uma conclusão inadequada.
- b) abandonar a questão principal e tomar um argumento desimportante, fruto de descuido ou de deliberada fuga de assunto.  
c) criar um estereótipo da medida fiscal para diminuir as resistências à medida de aumento de impostos.  
d) apresentar uma estrutura em que a relação de causa e efeito mostra defeitos.  
e) estabelecer uma falsa analogia em que os elementos comparados são diferentes em algum ponto essencial.
- 9.** Assinale a frase que não exemplifica a função conativa de linguagem.
- a) Não deixe de aproveitar o momento.  
b) Filho, não se esqueça do seu casaco.  
c) Observai bem o semáforo antes de atravessardes a rua.  
d) Nunca diga que a canção está perdida.  
e) Cabes, para sempre, tu dentro da minha canção.
- 10.** Assinale a frase em que o acento grave da crase está empregado corretamente.
- a) Uma multidão foi à Brasília protestar contra o governo.  
b) Enviaram notificações à todos os participantes do evento.  
c) Todos comeram à beça na confraternização da empresa.  
d) Ninguém lembra mais às cantigas de roda.  
e) Os moradores do bairro criticavam à falta de coleta de lixo na rua.

---

**RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO**


---

*Eduardo Mocellin*

- 11.** Considere a seguinte proposição: “Se Enzo é pernambucano, então ele é esforçado ou inteligente”.

A alternativa que contém uma equivalência dessa proposição é:

- Se Enzo é esforçado ou inteligente, então ele é pernambucano.
- Se Enzo não é pernambucano, então ele não é esforçado ou não é inteligente.
- Se Enzo não é pernambucano, então ele não é esforçado nem inteligente.
- Se Enzo não é esforçado ou não é inteligente, então ele não é pernambucano.
- Se Enzo não é esforçado nem inteligente, então ele não é pernambucano.

- 12.** Nenhum gênio é estudioso. Alguns estudiosos são concurseiros. Logo,

- alguns concurseiros são gênios.
- todo gênio é estudioso.
- nenhum concursaero é estudioso.
- todo concursaero é estudioso.
- alguns concurseiros não são gênios.

- 13.** Considere as seguintes premissas de um argumento:

Premissa 1:  $[(\neg p) \wedge q] \rightarrow r$

Premissa 2:  $s \rightarrow (\neg u)$

Premissa 3:  $[(\neg p) \wedge q] \vee s$

Uma conclusão que torna o argumento válido é:

- $r \rightarrow (\neg u)$
- $[p \vee (\neg q)] \rightarrow u$
- $(\neg r) \wedge u$
- $r \vee (\neg u)$
- $(r \wedge u) \vee (\neg s)$

- 14.** “Se houvesse um investimento massivo em segurança cibernética, a empresa teria evitado o vazamento de dados. E a empresa evitou o vazamento de dados, não sofreu nenhum ataque efetivo; então é certo que houve um investimento massivo em segurança cibernética”.

O argumento acima é uma falácia do tipo:

- Afirmação do consequente.
- Negação do antecedente.
- Apelo às consequências.
- Petição de princípio.
- Falso dilema.

---

**NOÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
E DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL**


---

*Emanuelle Gouveia*

- 15.** Em relação à estrutura, organização e uso de dados no contexto atual, assinale a alternativa correta.

- Dados estruturados são compostos por informações em formato fixo e tabelar, como registros em SGBDs relacionais, enquanto dados não estruturados incluem textos, imagens, áudios e vídeos.
- Dados abertos são conjuntos de informações disponibilizados apenas em formato proprietário, geralmente restrito a softwares pagos.
- O tratamento de dados corresponde exclusivamente ao processo de coleta, não abrangendo etapas como limpeza, integração e transformação.
- A visualização de dados é uma etapa opcional e sem relevância no processo analítico, pois não auxilia na interpretação dos resultados.
- O armazenamento de dados não estruturados só pode ser feito em bancos de dados relacionais, uma vez que estes são universais para qualquer tipo de dado.

Simulado Final TCE-PE (Analista de Gestão - Administração) - 24/08/2025

---

**16.** Sobre técnicas de aprendizado de máquina, assinale a alternativa correta.

- a) O agrupamento (clustering) é um método supervisionado que depende de rótulos previamente definidos para separar os dados em classes conhecidas.
- b) A classificação é uma técnica não supervisionada, usada para organizar dados em grupos sem a necessidade de categorias previamente estabelecidas.
- c) A detecção de anomalias busca identificar padrões que se desviam significativamente do comportamento esperado nos dados, sendo útil em áreas como segurança da informação e análise de fraudes.
- d) O clustering não pode ser aplicado em grandes volumes de dados, pois é restrito a pequenos conjuntos em memória.
- e) A classificação não permite prever categorias para novos exemplos, servindo apenas para analisar dados já existentes.

**17.** No contexto de Grandes Modelos de Linguagem (LLMs) e engenharia de prompt, assinale a alternativa correta.

- a) LLMs são treinados apenas com dados estruturados em bancos relacionais, pois não conseguem lidar com textos livres e não estruturados.
- b) A engenharia de prompt consiste em criar consultas otimizadas para bancos de dados relacionais, garantindo a eficiência na execução de comandos SQL.
- c) LLMs, como o GPT, são modelos baseados em arquiteturas de redes neurais profundas, treinados em grandes volumes de texto para prever a próxima palavra em uma sequência.
- d) A engenharia de prompt é irrelevante, pois os LLMs geram sempre as mesmas respostas, independentemente da forma como a entrada é formulada.
- e) O uso de LLMs restringe-se à tradução automática de idiomas, não possuindo aplicações em outras

áreas, como atendimento, resumo de textos ou programação.

**18.** Em relação aos princípios fundamentais da segurança da informação, assinale a alternativa correta.

- a) Confidencialidade refere-se à garantia de que as informações estejam sempre disponíveis, mesmo diante de falhas ou incidentes.
- b) Integridade diz respeito à proteção contra alterações não autorizadas, assegurando que os dados permaneçam completos e corretos.
- c) Disponibilidade está relacionada à prevenção contra acessos indevidos, garantindo que apenas usuários autorizados tenham acesso às informações.
- d) Autenticidade é o princípio que assegura que os dados estarão sempre acessíveis no momento em que forem necessários pelos usuários.
- e) Confidencialidade é atingida unicamente por meio de backups, que asseguram a restauração de dados em caso de perda.

**LEGISLAÇÃO - LGPD E LAI***Antônio Daud*

**19.** Mariana, jornalista investigativa, protocolou um pedido de acesso à informação junto ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), solicitando cópia integral dos relatórios finais de auditorias realizadas no último ano sobre contratos de obras públicas firmados pela Secretaria de Infraestrutura do Estado. Em resposta, a presidência do TCE-PE negou o acesso, argumentando que, embora finalizados e já apreciados conclusivamente, os relatórios ainda seriam objeto de análise interna, tratando-se de documentos preparatórios.

Considerando a situação hipotética e as disposições da Lei nº 12.527/2011, assinale a afirmativa correta.

- a) O TCE-PE agiu corretamente, pois o acesso a qualquer documento que ainda dependa de uma decisão colegiada pode ser negado, com base na proteção do processo deliberativo.
- b) A negativa do TCE-PE é ilegal, pois o caráter de documento preparatório se esgota com a edição do ato administrativo decisório.
- c) A decisão do TCE-PE está parcialmente correta, pois poderia negar acesso às opiniões e notas técnicas dos auditores, mas deveria fornecer os dados objetivos e fatos contidos nos relatórios.
- d) O acesso só poderia ser concedido se Mariana comprovasse a necessidade da informação para a defesa de um direito fundamental próprio, não sendo o exercício do jornalismo motivo suficiente.
- e) A negativa é legal, pois relatórios de auditoria, por sua natureza, são considerados informações sigilosas e só se tornam públicos após o trânsito em julgado da decisão do Tribunal.

**20.** Um servidor do TCE-PE, de forma deliberada e sem qualquer amparo legal, recusa-se a fornecer informações públicas não sigilosas a um cidadão que as solicitou formalmente. Inconformado, o cidadão busca informações sobre as consequências de tal ato para o servidor.

Segundo a Lei nº 12.527/2011, a conduta do servidor de recusar-se a fornecer informação requerida nos termos da Lei, quando não amparada por hipótese de sigilo, constitui:

- a) uma infração de natureza funcional, sujeitando o infrator apenas à penalidade de advertência.
- b) um ato de livre convencimento do servidor, não passível de punição se justificado pelo excesso de trabalho.
- c) conduta ilícita que enseja responsabilidade do agente público, a ser apurada mediante procedimento administrativo próprio.
- d) crime de responsabilidade, sujeitando o servidor a processo de impeachment perante a Assembleia Legislativa.
- e) uma faculdade do agente público, que pode, discricionariamente, avaliar a pertinência de cada pedido de informação.

**21.** Um incidente de segurança resulta no acesso não autorizado a uma base de dados do sistema de recursos humanos do TCE-PE, contendo dados pessoais de servidores. A equipe de tecnologia da informação confirma o vazamento e avalia que o incidente pode acarretar risco ou dano relevante aos direitos e liberdades dos titulares.

Nessa situação, de acordo com a Lei nº 13.709/2018, o TCE-PE, na qualidade de controlador, tem o dever de comunicar o ocorrido:

- a) apenas aos titulares dos dados afetados, em prazo razoável, a ser definido pelo próprio Tribunal.
- b) apenas à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), que decidirá sobre a necessidade de comunicar aos titulares.
- c) à ANPD e aos titulares dos dados afetados, em prazo razoável.
- d) exclusivamente à Polícia Federal, para investigação do crime cibernético, mantendo sigilo sobre o incidente.
- e) a nenhum dos anteriores, pois, tratando-se de órgão público, a comunicação é dispensada para não gerar alarme social.

**LEGISLAÇÃO - CF 1988****Nelma Fontana**

**22.** O Ministério Público de determinado Estado pretende ajuizar ação civil pública para combater atos praticados pelo Poder Público que violam direitos da coletividade. De acordo com o entendimento do STF, o Ministério Público possui legitimidade para requerer, exceto:

- a) a declaração de ilegalidade de reajuste de mensalidade escolar.
- b) a redução de preço de passagem em transporte coletivo.
- c) direitos sociais relacionados ao FGTS.
- d) a anulação de ato administrativo de aposentadoria que importe em lesão ao patrimônio público.
- e) impugnação da taxa de iluminação pública do Município.

**23.** O Estado Beta emendou sua constituição para determinar a intervenção do estado no município em caso de greve dos servidores municipais que paralise mais de 75% das funções da Administração Pública.

Levando em conta o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) A emenda é constitucional.
- b) A emenda é inconstitucional, por violação dos princípios da legalidade e da simetria.
- c) A emenda é inconstitucional, por usurpação de competência privativa da União.
- d) A emenda é inconstitucional, por usurpação de competência exclusiva da União.
- e) A emenda é inconstitucional, por violação dos princípios da simetria e da autonomia dos entes federados.

**24.** A respeito da legitimidade ativa das confederações sindicais e das entidades de classe de âmbito nacional nas ações do controle objetivo de constitucionalidade, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva incorreta.

- a) A entidade que não representa a totalidade de sua categoria profissional não possui legitimidade ativa para ajuizamento de ações de controle concentrado de constitucionalidade.
- b) Associações diversas, independentemente de representação profissional ou empresarial, desde que legalmente constituídas e de âmbito nacional, têm legitimidade ativa para ajuizamento das ações do controle objetivo de constitucionalidade.
- c) As entidades de classe, para configuração do âmbito nacional, deverão ter representatividade em pelo menos nove estados brasileiros.
- d) A legitimação ativa das entidades de classe para ajuizamento das ações do controle objetivo de constitucionalidade depende da demonstração de pertinência temática.
- e) Para ajuizamento das ações do controle objetivo de constitucionalidade, as entidades de classe de âmbito nacional precisarão constituir advogado, que deverá juntar procuração aos autos.

**LEGISLAÇÃO - CE PE E LEG ESTADUAL****Rodrigo Bet**

**25.** De acordo com o art. 30 da Constituição do Estado de Pernambuco, que trata das competências do Tribunal de Contas no exercício do controle externo, assinale a alternativa correta:

- a) O Tribunal de Contas julga as contas prestadas anualmente pelo Governador, emitindo decisão definitiva com eficácia de título executivo.
- b) Compete ao Tribunal de Contas apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, excetuadas as nomeações para cargos em comissão.
- c) A sustação de contratos administrativos irregulares deve ser determinada diretamente pelo Tribunal de Contas.
- d) Cabe ao Tribunal de Contas propor sanções que são aplicáveis exclusivamente pelo Poder Legislativo, a exemplo de multas.
- e) O parecer prévio sobre as contas do Governador deve ser elaborado pelo Tribunal de Contas no prazo de noventa dias, a contar do recebimento.

**26.** De acordo com o art. 32 da Constituição do Estado de Pernambuco, que trata da composição e forma de escolha dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, assinale a alternativa correta:

- a) O Tribunal de Contas do Estado é composto por nove Conselheiros, todos aprovados pela Assembleia Legislativa.
- b) O Governador escolhe todos os sete Conselheiros do Tribunal de Contas, com aprovação da Assembleia Legislativa.
- c) A Assembleia Legislativa escolhe três Conselheiros e o Governador quatro.
- d) O Tribunal de Contas é composto por sete Conselheiros, todos escolhidos pelo Governador, sem participação da Assembleia Legislativa.
- e) O Tribunal de Contas do Estado é composto por sete Conselheiros, dos quais três são escolhidos pelo Governador, sendo dois dentre Auditores ou

Membros do Ministério Público de Contas indicados em lista tríplice.

**27.** Com base na Constituição do Estado de Pernambuco, analise as assertivas a seguir:

- I. Os Conselheiros do Tribunal de Contas possuem as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado.
- II. O Tribunal de Contas pode agir de ofício ou por provocação do Ministério Público, autoridades financeiras e orçamentárias e demais órgãos auxiliares, quando verificar irregularidades em qualquer despesa, inclusive as decorrentes de contrato.
- III. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de irregularidades ou abusos, devem comunicá-los ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade subsidiária.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente I está correta.
- b) Somente I e II estão corretas.
- c) Somente II e III estão corretas.
- d) Somente III está correta.
- e) I, II e III estão corretas.

**LEGISLAÇÃO - ESTATUTO IGUALDADE RACIAL E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA***Géssica Ehle*

**28.** Ana é mulher negra, moradora da cidade de Recife, recém-contratada por uma loja que pertence a uma grande rede de cosméticos e procedimentos estéticos. Ao chegar em casa após um dia exaustivo de trabalho, Ana comenta com seu marido que, após suspeitar de alguns comportamentos de suas colegas, vendo as redes sociais da rede, percebeu que é a única mulher negra contratada. Nos termos do Estatuto da Igualdade Racial, Lei n. 12.288/2010, Ana

- a) sofreu discriminação racial, uma vez que houve violação de direitos humanos
- b) foi vítima de intolerância racial
- c) não se enquadra diante de nenhuma situação que mereça debate e reflexão do ponto de vista da promoção da igualdade de oportunidades
- d) narra um caso de desigualdade racial, diante de uma situação injustificada de tratamento frente à oportunidade de emprego
- e) relata uma situação de preconceito racial que, apesar de lamentável, não está prevista como pauta a ser combatida pelo Estado brasileiro

**29.** A partir do que dispõe o Estatuto da Igualdade Racial, Lei n. 12.288/2010, julgue os itens a seguir.

- I. Políticas públicas são os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.
- II. Admite-se o sacrifício de animais em rituais de religiões de matriz africana em respeito ao direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos.
- III. O Estado tem o dever de emitir os títulos respectivos às terras que pertençam aos remanescentes das comunidades dos quilombos, desde que comprovem posse mansa, pacífica e ininterrupta, pelo prazo de '0 (dez) anos.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

**30.** Adair é dono de uma fábrica de calçados no interior do Estado de Pernambuco. Recentemente abriu processo seletivo para a contratação de novos funcionários. Diante do que dispõe o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Adair

- a) não precisará respeitar a livre escolha da pessoa com deficiência caso alcance a ela um ambiente inclusivo
- b) deverá garantir recursos de tecnologia assistiva, quando esses não lhe forem demasiadamente onerosos
- c) precisa promover o direito ao trabalho acessível, devendo contratar no mínimo 5% (cinco por cento) de pessoas com deficiência
- d) não poderá discriminar nenhuma pessoa com deficiência, nem mesmo exigir-lhe aptidão plena
- e) apenas durante a etapa de recrutamento, Adair poderá promover um processo seletivo específico para as pessoas com deficiência, restringindo a participação daquelas que não apresentarem requisitos mínimos

**MÓDULO II  
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****CONTROLE EXTERNO E LEGISLAÇÃO DO  
TCE-PE***Herbert Almeida*

31. Bill é prefeito de um município do interior do estado de Pernambuco e estava analisando as peças do seu processo de prestação de contas anual. Porém, ele ficou em dúvida sobre a aplicação de alguns dispositivos da Lei Orgânica e do Regimento Interno do Tribunal e sobre a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Para resolver a situação, Bill enviou questionamentos aos seus assessores. Nesse caso, o assessor responsável respondeu corretamente que:

- a) As prestações de contas anuais dos Prefeitos Municipais não devem incluir as contas prestadas pelo Legislativo, cujo julgamento ocorrerá em processo específico.
- b) O Tribunal apreciará as contas anuais prestadas pelos Prefeitos Municipais, mediante parecer prévio, a ser elaborado em até sessenta dias, a contar do recebimento.
- c) As contas de governo, de gestão e de convênios interfederativos de repasse de verbas públicas são julgadas pelo Poder Legislativo, mediante quórum de dois terços dos seus membros, cabendo aos tribunais de contas apenas a emissão dos pareceres prévios.
- d) Nos casos em que o Chefe do Poder Executivo municipal acumular a função de ordenador de despesas, bem como nas hipóteses em que as contas globais e prestações de contas dos ordenadores de despesas estiverem corporificadas em um mesmo processo, as publicações do parecer prévio e do julgamento ocorrerão em conjunto.
- e) O parecer prévio será sempre justificado e conclusivo, recomendando a aprovação, a aprovação com ressalvas ou a rejeição.

32. Lynel é ordenador de despesas em determinada entidade do governo do Estado. Contudo, em razão de invasão nos sistemas estruturantes da unidade administrativa, Lynel ficou impedido de realizar a sua prestação de contas anual. O Tribunal de Contas do Estado determinou a realização de diligências, concluindo que o julgamento das contas de Lynel se tornou impossível, em razão de caso fortuito alheio à vontade do ordenador de despesas. Nesse caso, o TCE deverá:

- a) julgar as contas irregulares, definindo a responsabilidade do agente público que praticou o ato irregular.
- b) converter o processo em auditoria especial, aplicando, ao final, multa ao responsável.
- c) julgar as contas regulares com ressalvas, sem aplicação de multa.
- d) considerar as contas iliquidáveis, ordenando o trancamento das contas e o consequente arquivamento do processo.
- e) sobrestrar o processo por até três anos, findo os quais as contas serão consideradas encerradas, com baixa na responsabilidade do administrador.

**33.** Em processo de controle externo, o Tribunal de Contas do Estado identificou que João, agente público estadual, cometeu irregularidades graves em contrato administrativo. Após os devidos trâmites, houve a aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade ao referido agente público. Sobre tal penalidade, considerando as disposições do Regimento Interno e da Lei Orgânica do TCE, pode-se afirmar corretamente que:

- a) o Tribunal poderá aplicar a penalidade quando houver comprovação de fraude ou ação ou omissão culposa que enseje dano ao erário.
- b) a declaração de inidoneidade inabilitará os responsáveis para o exercício de cargos públicos em geral com a administração pública.
- c) compete ao Pleno ou às Câmaras, no exercício das respectivas competências, deliberar sobre a aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, fixando prazo não superior a cinco anos.
- d) compete ao Tribunal identificar as infrações, podendo deliberar sobre a sua gravidade, mas a aplicação de sanção depende de decisão da autoridade administrativa competente, em razão da natureza disciplinar da penalidade.
- e) o Tribunal poderá, ainda, declarar a inidoneidade de pessoa física ou jurídica para participar de licitação, celebrar convênio ou contrato, inclusive de gestão, termo de parceria ou outro instrumento congênere, quando constatar irregularidade grave praticada na execução de contrato ou instrumentos congêneres, ainda que não haja dano ao erário.

**34.** Sobre as contas do chefe do Poder Executivo, marque a alternativa correta.

- a) Não compete ao Tribunal de Contas julgar as contas de gestão dos prefeitos municipais.
- b) A inéria do Tribunal de Contas estadual em emitir parecer prévio dentro do prazo constitucionalmente estipulado não impede o Poder Legislativo de julgar as contas do chefe do Poder Executivo local.

c) O parecer prévio é peça técnica de natureza opinativa para as contas do Presidente da República e vinculante para as contas dos prefeitos municipais.

d) Caso a Câmara Municipal tenha a intenção de julgar irregular as contas do prefeito municipal, a deliberação exigirá o quórum qualificado de dois terços dos seus membros.

e) O Tribunal de Contas da União não deverá conceder o contraditório e ampla defesa na apreciação das contas do Presidente da República, uma vez que o parecer prévio tem caráter meramente opinativo.

**35.** O Ministério Público especial que funciona junto aos Tribunais de Contas possui importante missão constitucional, mas guarda peculiaridades em comparação ao Ministério Público “comum”. Sobre o tema, pode-se afirmar que esse Ministério Público especial:

- a) não goza de capacidade processual, mas poderá apresentar mandado de segurança contra acórdão do Tribunal de Contas que compõe, caso a Corte não observe as prerrogativas processuais do *Parquet de Contas*.
- b) dada a sua autonomia, o Ministério Público de Contas poderá propor a ação de execução dos títulos executivos emitidos pela Corte de Contas.
- c) no âmbito dos estados-membros, é constitucional a exigência de lei complementar para regular a organização do Ministério Público especial de Contas.
- d) o Ministério Público especial de Contas encontra-se estritamente vinculado à estrutura da Corte de Contas e não detém autonomia jurídica e iniciativa legislativa para propor projetos de leis que definam sua estrutura organizacional.
- e) os membros do Ministério Público de Contas não gozam de prerrogativas próprias, como a independência funcional, em observância ao princípio da simetria.

**36.** Analise os itens subsequentes:

- I. Desde que previsto em lei, o Tribunal de Contas pode determinar que o controle interno realize auditorias, uma vez que é papel do sistema de controle interno apoiar o controle externo.
- II. O Tribunal de Contas da União pode exercer o controle de constitucionalidade de leis ou atos normativos do poder público, desde que o ato viole patentemente dispositivo da Constituição Federal ou seja contrário à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, sendo que a decisão do TCU terá eficácia *erga omnes*.
- III. Compete ao TCU apreciar a legalidade da concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, no prazo de até cinco anos, sob pena de concessão de registro tácito, contados da chegada do processo na Corte de Contas.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II, apenas.

**ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA***Elisabete Moreira*

**37.** As funções do administrador devem ser desdobradas nos níveis estratégico, tático e operacional. Na elaboração do planejamento estratégico de um órgão público, os responsáveis pela condução dos trabalhos estão discutindo acerca da Visão organizacional. Assinale a opção que apresenta as características dessa etapa.

- a) Apresentação dos princípios e crenças basílicas do órgão.
- b) Panorama dos desafios e oportunidades vigentes no setor.
- c) Exposição das forças e fraquezas valorizadas pelo órgão.
- d) Declaração da posição almejada pelo órgão no futuro.
- e) Descrição da razão de existência do órgão.

**38.** As competências organizacionais são imprescindíveis para o sucesso organizacional, pois constituem a base da competitividade da organização. Na construção da cascata de competências organizacionais é necessário construir as competências dos gestores e líderes, relacionadas a:

- a) gestão de talentos.
- b) inovação.
- c) aprender a aprender.
- d) competitividade.
- e) motivação.

**39.** Os objetivos organizacionais amplos e genéricos, quanto à sua natureza, servem de alicerce para que se proceda a sua devida hierarquização até os níveis mais restritos e detalhados, permitindo o alcance dos resultados desejados. A partir da tabela a seguir, faça a devida correlação entre a hierarquia de objetivos e suas respectivas descrições.

Hierarquia de objetivos	Descrições
(1) Políticas	( ) são os modos pelos quais os programas devem ser executados.
(2) Diretrizes	( ) são alvos a atingir no curto prazo.
(3) Metas	( ) são atividades sequenciais necessárias para atingir uma meta.
(4) Programas	( ) são princípios estabelecidos para permitir o alcance dos objetivos organizacionais.
(5) Procedimentos	( ) são afirmações genéricas baseadas nos objetivos organizacionais e funcionam como guias orientadores da ação administração.

Aponte a alternativa que mostra a correta correlação entre a hierarquia de objetivos e suas descrições.

- a) 2, 3, 5, 1, 4
- b) 2, 1, 4, 3, 5
- c) 4, 5, 2, 3, 1
- d) 5, 2, 1, 3, 4
- e) 5, 3, 4, 2, 1

**40.** Para Max Weber, a burocracia é a organização eficiente por excelência e define nos mínimos detalhes como as coisas deverão ser realizadas. Em contraponto, o conceito popular entende a burocracia como uma organização onde o papelório se multiplica e se avoluma, impedindo soluções rápidas ou eficientes. Atualmente, a burocracia está sendo entendida não como uma maneira absoluta de presença ou ausência de características, mas como um continuum, que não trata a organização como totalmente burocrática ou não burocrática, a partir de seis dimensões

básicas. Acerca do tema, aponte a alternativa correta.

- a) A escassez de burocratização na divisão de trabalho leva a superespecialização.
- b) O excesso de burocratização leva à ênfase nas pessoas.
- c) O excesso de burocratização leva à ordem e disciplina.
- d) O excesso de exigências está relacionado à impessoalidade.
- e) O excesso de papelório está relacionado a regras e regulamentos.

**41.** No ciclo de políticas públicas, a formulação de soluções passa pelo estabelecimento de objetivos e construção de alternativas, etapa na qual definem, além de métodos, programas, estratégias e ações, mecanismos genéricos para a indução do comportamento, a exemplo de soluções técnicas. No caso de um problema de pichação de muros e paredes nas grandes cidades, qual a forma mais adequada de solução técnica que pode ser utilizada pelo policymaker:

- a) criar leis mais severas para infratores.
- b) desenvolver recompensas materiais para delatores.
- c) criar escolas de conversão artística dos pichadores.
- d) destinar verba pública contínua para recuperação de muros.
- e) fazer campanhas de conscientização com a comunidade pichadora.

**42.** O governo empreendedor, característico da administração pública gerencial, defende que o governo deve pertencer à comunidade e que deve dar resultados para essa comunidade. Nesse caso, aponte a alternativa correta.

- a) Aproximando-se do modelo tradicional burocrático, o governo empreendedor pretende controlar a economia, possuir empresas ou concentrar-se no “fazer” em ampla escala, estimulando a ação e a parceria da sociedade.
- b) A ação catalisadora do governo empreendedor promove a atuação conjunta dos setores público, privado e voluntário.
- c) A gestão empreendedora no setor público pressupõe à hierarquia de decisão e à responsabilização dos atores.
- d) O empreendedorismo governamental possui foco na ação empresarial, a exemplo da exploração de atividades comerciais pelas empresas estatais.
- e) A gestão pública empreendedora fundamenta-se no aumento da produtividade e do rendimento das empresas públicas, de modo a gerar maior receita para o Estado.

**43.** Acerca dos modelos de Administração Pública, da gestão das políticas públicas e das novas práticas de governança, aponte a alternativa correta.

- a) As arenas políticas são espaços físicos, contextos sistêmicos e interativos, que configuram a dinâmica de atuação dos atores, promovendo alianças a partir dos issues, das preferências, das expectativas e da estrutura de oportunidades.
- b) A gestão de uma política pública engloba três fases: planejamento, implementação e avaliação. É na fase de avaliação que diferentes critérios podem ser utilizados como artifícios para medir os inputs, os outputs e os resultados.
- c) Na formulação de políticas públicas, em alguns casos, percebe-se que existe uma certa limitação na capacidade dos governos de adotar novas políticas públicas ou de reverter a rota das políticas em vigor, denominado na literatura como processo

incremental, no qual não se promove grandes modificações e a escolha e a avaliação de alternativas ocorre através da comparação entre as alternativas existentes.

- d) A evolução da Administração Pública pode ser compreendida por intermédio do estudo de seus períodos paradigmáticos. O conceito de governo onde predomina a ideia de que governar é administrar corresponde ao paradigma da nova gestão pública.
- e) O PDRAE incluiu vários desafios a serem superados para que se pudesse implantar o modelo gerencial no Brasil, como a dimensão institucional-legal, que visava aumentar a governabilidade do Estado por meio da capacidade administrativa de governar com efetividade e eficiência.

**44.** O ciclo de políticas públicas constitui um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases, que ajudam a organizar as ideias e faz com que a complexidade de uma política pública seja simplificada. Acerca do ciclo de políticas públicas, assinale a única opção correta.

- a) A agenda governamental é composta, entre outras coisas, por temas que expressam interesses e valores e reflete o momento em que os interesses dos atores são equacionados.
- b) Uma demanda só passa a constituir uma política pública quando se torna um problema público.
- c) A implementação corresponde à execução de decisões anteriores e abrange a definição de critérios, indicadores e padrões que devem ser colocados em prática para o alcance dos resultados da política.
- d) Ao contrário do processo de decisão, a implementação não inclui elementos políticos, já que compete aos agentes da burocacia.
- e) A avaliação somativa de políticas públicas ocorre na fase final do processo e envolve a correção dos desvios em relação ao planejado.

**ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA - CF  
1988***Nelma Fontana*

45. A Secretaria de Saúde de um Estado adquiriu grande quantidade de vacinas. Para agilizar a vacinação da população, decidiu iniciar a campanha imediatamente, antes mesmo de concluir os trâmites administrativos de divulgação oficial da contratação. O Secretário alegou que a urgência da situação justificava a medida, pois a prioridade era salvar vidas.

Posteriormente, ao ser questionado pelo Tribunal de Contas, afirmou que o princípio da eficiência autorizava a Administração a agir dessa forma, mesmo sem dar a devida publicidade ao ato administrativo.

Considerando o caso narrado e os princípios constitucionais da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) A atuação do Secretário está correta, pois o princípio da eficiência tem prevalência sobre os demais princípios administrativos.
- b) O princípio da publicidade poderia ser afastado, já que o interesse coletivo em vacinar a população supera o dever de divulgação oficial.
- c) A aplicação do princípio da eficiência não exclui o dever de observância da publicidade, que é essencial para assegurar transparência e controle dos atos administrativos.
- d) A ausência de publicidade não gera qualquer consequência, desde que a finalidade pública tenha sido atingida com eficiência.
- e) O princípio da publicidade exige que todos os atos administrativos sejam divulgados previamente, sendo inviável qualquer atuação da Administração antes da publicação.

46. A Constituição Federal de 1988 estabelece princípios que orientam a Administração Pública direta e indireta em todas as esferas da Federação. Considerando tais princípios, assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da eficiência impõe à Administração Pública apenas o dever de evitar desperdícios de recursos, sem exigir melhoria na qualidade da prestação dos serviços públicos.
- b) O princípio da impensoalidade veda que atos administrativos sejam praticados em nome do interesse coletivo, exigindo que sejam sempre atribuídos nominalmente ao agente público responsável.
- c) O princípio da legalidade significa que o administrador público pode atuar livremente, desde que não haja vedação expressa em lei.
- d) O princípio da moralidade exige que o administrador público atue em conformidade não apenas com a lei, mas também com padrões éticos de boa-fé, lealdade e honestidade.
- e) O princípio da publicidade obriga a divulgação irrestrita de todos os atos administrativos, ainda que envolvam informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

**ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA\* - DAD***Antônio Daud*

47. Determinado servidor público do TCE-PE, durante uma fiscalização, causou intencionalmente dano material a determinado cidadão. Nesta hipótese, é correto afirmar que:

- a) o cidadão poderá cobrar o dano diretamente do TCE-PE.
- b) o Estado de Pernambuco responderá pelos danos causados ainda que tenham sido causados fora do exercício das atribuições do servidor.
- c) o cidadão deverá acionar judicialmente o servidor para cobrar a indenização pelos danos sofridos.
- d) o Estado de Pernambuco somente responderia se não houvesse dolo por parte do agente público.
- e) o cidadão deverá cobrar a indenização pelos danos sofridos do Estado de Pernambuco, que, posteriormente, irá promover a ação de regresso em face do servidor.

**48.** Ao examinar o edital para a contratação de uma solução de software de gestão de processos, o TCE-PE se deparou com a inclusão de cláusula que especificava a necessidade de o software ser compatível com um hardware de uma marca específica e muito rara no mercado, de modo a direcionar a contratação para a única fornecedora daquele hardware na região.

Essa cláusula do edital, à luz dos princípios e vedações da Lei nº 14.133/2021, é:

- a) legal, pois a Administração pode especificar a marca do produto quando houver justificativa técnica.
- b) ilegal, pois é vedado ao agente público admitir, prever ou tolerar cláusulas que frustrem o caráter competitivo da licitação.
- c) legal, desde que o órgão auditado demonstre que a marca especificada é a de melhor qualidade disponível no mercado.
- d) ilegal, a menos que o órgão auditado realize uma audiência pública para validar a especificação da marca.
- e) legal, pois a padronização de equipamentos de informática é uma prerrogativa da Administração para garantir a compatibilidade de seus sistemas.

**49.** Tomando por base o controle judicial da administração pública no âmbito do Estado de Pernambuco, assinale a alternativa que menciona a característica correta:

- a) avalia aspectos de legalidade e de mérito.
- b) pode resultar em determinação para desfazimento de atos discricionários.
- c) independe de provocação.
- d) é exercido sob auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.
- e) geralmente é realizado em caráter prévio.

**50.** O TCE-PE pretende construir um novo anexo para seu edifício-sede, uma obra de engenharia de grande complexidade técnica e que envolve inovação tecnológica. A Administração avalia utilizar um regime de contratação em que a

empresa vencedora será responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar a obra, realizar a montagem, os testes e todas as demais operações necessárias para a entrega final do objeto.

Este regime de contratação é denominado pela Lei nº 14.133/2021 como:

- a) contratação semi-integrada.
- b) empreitada por preço global.
- c) contratação integrada.
- d) empreitada integral.
- e) tarefa.

**51.** Um prefeito municipal, valendo-se de seu cargo, contratou a empresa de seu próprio irmão, por dispensa de licitação, para a execução de um pequeno serviço de engenharia, sob regime de tarefa. Para justificar a contratação direta, o prefeito alegou a existência de situação de emergência que, posteriormente, foi comprovada como forjada, com o único intuito de direcionar a contratação para a empresa familiar.

A respeito da conduta do prefeito, analise as afirmativas a seguir:

- I. A conduta viola apenas o princípio da legalidade, em razão da inobservância do dever de licitar fora das hipóteses legais.
- II. A conduta configura ato de improbidade administrativa, mesmo sem ter ocasionado dano ao erário, sujeitando o prefeito a sanções legais, sem prejuízo da ação penal cabível.
- III. A contratação poderia ser convalidada posteriormente, caso ficasse demonstrado que o preço pago foi compatível com o de mercado, com base no princípio da eficiência.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

**ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA - LEG  
APLICÁVEL SERVIDORES E LEI 6.123/68***Tiago Zanolla*

52. Cláudia é funcionária pública estável que atua na classe intermediária da sua carreira e cumpre os requisitos de tempo para promoção por merecimento. No entanto, encontra-se suspensa preventivamente há dois meses, por força de processo administrativo disciplinar em curso. Sua chefia indicou seu nome entre os promovíveis, considerando que não houve penalidade aplicada. O setor de gestão de pessoas, ao elaborar o ato, alertou que a situação de Cláudia impõe restrições quanto aos efeitos da promoção. Diante da situação e com base nas disposições da Lei nº 6.123/1968, é correto afirmar que:

- a) Cláudia poderá ser promovida normalmente, com efeitos imediatos, exceto se for aplicada penalidade de advertência ao final do PAD.
- b) A suspensão preventiva não impede a promoção, mas os efeitos desta ficam condicionados ao resultado do PAD, e, se a pena for superior à de repreensão, o ato será tornado sem efeito.
- c) Cláudia não poderá ser promovida enquanto estiver suspensa preventivamente, pois a suspensão implica inelegibilidade para progressão funcional.
- d) A suspensão preventiva gera nulidade do ato de promoção, sendo vedada inclusive a inclusão da servidora na lista de promovíveis.
- e) O pagamento do novo vencimento é garantido durante a suspensão, mas será devolvido se a pena aplicada for de advertência ou superior.

53. Em abril de 2024, Luiz, servidor estável, foi promovido por merecimento à classe superior. No entanto, estava suspenso preventivamente desde fevereiro, vinculado a um processo administrativo disciplinar (PAD). Em junho, o PAD foi concluído com imposição de pena de suspensão de 20 dias. Considerando o disposto na Lei nº 6.123/1968, é correto afirmar que:

- a) A suspensão preventiva impõe a perda do direito à promoção, salvo se o servidor for absolvido no PAD.

- b) A promoção de Luiz poderá ser mantida com efeitos retroativos à data de sua concessão, desde que a pena aplicada não seja mais grave que a advertência.
- c) A promoção é permitida, mas seus efeitos são condicionados ao resultado do PAD; sendo aplicada pena mais grave que a de repreensão, a promoção será anulada retroativamente.
- d) A suspensão preventiva inviabiliza a percepção dos vencimentos da nova classe em qualquer hipótese, ainda que a penalidade aplicada seja inferior à repreensão.
- e) A penalidade de suspensão imposta no PAD não interfere nos efeitos da promoção já concedida, pois esta foi anterior à conclusão do processo disciplinar.

54. Durante apuração de responsabilidade funcional, foi constatado que Mário, servidor público estadual, ausentou-se do serviço por 42 dias consecutivos, sem apresentar justificativa. Além disso, verificou-se que, anteriormente, fora removido de uma função comissionada por não cumprir com pontualidade reiterada suas atribuições. Considerando o regime disciplinar previsto na Lei nº 6.123/1968, assinale a alternativa correta:

- a) A destituição da função anteriormente ocupada por Mário pode ter sido legítima, se fundamentada na falta de exação no cumprimento do dever.
- b) A ausência ao serviço, ainda que superior a 30 dias, não configura abandono de cargo se houver histórico de bom desempenho funcional anterior.
- c) A demissão de Mário, se aplicada, não precisa conter, necessariamente, a motivação da penalidade imposta, bastando a referência ao ato administrativo.
- d) Se a demissão de Mário for fundamentada apenas na ausência ao serviço, não poderá ser emitida com a nota “a bem do serviço público”, independentemente da gravidade do fato.
- e) Mesmo em caso de demissão com nota “a bem do serviço público”, Mário poderá ser nomeado para cargo em comissão, desde que se trate de órgão da administração indireta.

**GOVERNANÇA PÚBLICA***Stefan Fantini*

55. Durante um treinamento, o professor Mário Bros explicou que, na gestão pública, é essencial que os agentes prestem contas de suas decisões, adotem práticas transparentes e se responsabilizem por suas ações. A explicação do professor refere-se ao conceito de:

- a) Governança
- b) Responsividade
- c) Accountability
- d) Controle interno
- e) Eficiência

56. O Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco realizou uma auditoria em determinada entidade jurisdicionada e, ao final, emitiu recomendações para aprimorar a gestão de recursos públicos e melhorar a execução orçamentária. Esse tipo de atuação configura um exemplo de:

- a) Accountability vertical
- b) Accountability fiscal
- c) Accountability social
- d) Accountability horizontal
- e) Accountability participativa

57. Com relação à diferenciação entre Governança Pública e Gestão Pública, marque a alternativa correta.

- a) A gestão pública tem foco em efetividade e economicidade.
- b) A gestão pública é responsável por avaliar, dirigir e monitorar.
- c) Governança e gestão são funções idênticas no setor público, não apresentando distinções.
- d) A governança pública envolve planejar, executar e controlar.
- e) A governança pública tem função direcionadora, enquanto a gestão pública tem função realizadora.

58. Uma secretaria de governo iniciou uma iniciativa com prazo definido, equipe específica e objetivo de implantar um novo sistema de atendimento digital à população. Essa iniciativa, por ser temporária e gerar um produto único, é classificada como:

- a) Processo
- b) Projeto
- c) Procedimento operacional
- d) Organograma
- e) Fluxograma

59. Com o objetivo de melhorar seus processos internos, a empresa ALFA iniciou uma pesquisa contínua para analisar as práticas adotadas por organizações líderes em seu setor, buscando identificar padrões de excelência e aplicá-los internamente. Essa técnica de aprimoramento organizacional é chamada de:

- a) Reengenharia
- b) Benchmarking
- c) Lean Office
- d) Gestão por diretrizes
- e) Mapeamento de stakeholders

60. Em uma organização pública, o desempenho de um servidor passou a ser avaliado não apenas por sua chefia imediata, mas também por colegas, subordinados, parceiros de outras áreas e até por ele mesmo, por meio da autoavaliação. Esse método de avaliação é conhecido como:

- a) Avaliação por incidentes críticos
- b) Avaliação por escalas gráficas
- c) Avaliação 360 graus
- d) Avaliação funcional segmentada
- e) Avaliação por comparação direta

**GOVERNANÇA PÚBLICA - GESTÃO DE RISCOS***Rodrigo Rennó*

61. Uma organização pública decidiu adotar formalmente uma política de gestão de riscos como parte de seu modelo de governança. Nesse contexto, discute-se o grau de integração desse processo às práticas de planejamento, controle e tomada de decisão. Sobre a integração da gestão de riscos à governança, assinale a alternativa correta.

- a) A gestão de riscos deve substituir os instrumentos de planejamento estratégico, pois ambos tratam da definição de objetivos e metas.
- b) O processo deve estar alinhado aos objetivos institucionais e contar com o comprometimento da alta administração, integrando-se à governança e aos processos de decisão.
- c) O controle interno passa a ser dispensável, já que a gestão de riscos, por si só, garante conformidade e efetividade.
- d) O apetite ao risco pode ser definido de maneira isolada por unidades técnicas, sem necessidade de validação pela cúpula organizacional.
- e) A gestão de riscos só deve ser aplicada quando houver exigência expressa de órgãos de controle externo, não sendo necessária em decisões internas.

**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS***Antônio Daud*

62. O TCE-PE está examinando Representação contra edital de licitação para a contratação de uma empresa de vigilância armada por determinado órgão público. No critério de habilitação técnica, exigiu-se que as empresas licitantes comprovassem possuir, no mínimo, 10 anos de experiência ininterrupta no mercado de Pernambuco e apresentassem um atestado de capacidade técnica referente a um contrato com, no mínimo, 200 postos de vigilância, sendo que o contrato em tela previa apenas 30 postos. Uma licitante foi inabilitada por não cumprir tais requisitos e recorreu, alegando que as exigências são restritivas.

À luz da Lei nº 14.133/2021, a Representação deve prosperar?

- a) Não, pois a Administração tem discricionariedade para definir os requisitos de habilitação técnica, visando a máxima segurança na contratação.
- b) Sim, pois é vedada a inclusão de exigências de habilitação que restrinjam a competitividade, como limitação de tempo de experiência ou quantitativos superiores ao objeto licitado.
- c) Não, pois a exigência de experiência prévia em Pernambuco é legal, visando garantir que a empresa conheça as particularidades locais.
- d) Sim, mas apenas no que se refere ao tempo de experiência, pois a exigência de atestado com quantitativo superior é permitida para garantir a capacidade da empresa.
- e) Não, pois a lei permite que a Administração exija atestados com quantitativos de até 50% superiores ao objeto licitado, tornando a exigência de 200 postos válida.

Simulado Final TCE-PE (Analista de Gestão - Administração) - 24/08/2025

**63.** O setor de almoxarifado do TCE-PE identificou a necessidade de adquirir grande quantidade de canetas esferográficas, papel A4 e clipe para suprir a demanda dos setores do Tribunal. A autoridade competente ficou em dúvida sobre qual modalidade licitatória seria a mais adequada para essa contratação.

Considerando o objeto da contratação e as disposições da Lei nº 14.133/2021, a modalidade de licitação a ser, em regra, utilizada é:

- a) concorrência, pois envolve a aquisição de grande quantidade de materiais.
- b) leilão, pois visa obter a proposta mais vantajosa para a Administração.
- c) concurso, pois a qualidade dos materiais precisa ser avaliada por uma comissão especial.
- d) pregão, pois se trata de aquisição de bens e serviços comuns.
- e) diálogo competitivo, pois o Tribunal precisa discutir com o mercado as melhores especificações para os materiais de escritório.

**64.** Durante a execução de um contrato de limpeza e conservação no órgão Alfa, o fiscal do contrato constatou que a empresa contratada, de forma reiterada, não estava fornecendo o número de funcionários previsto em contrato, causando prejuízo à qualidade dos serviços. O fiscal comunicou o fato ao gestor do contrato, que avalia a aplicação de sanções.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, pela inexecução parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada, entre outras, a seguinte sanção:

- a) Apenas advertência, por ser a primeira penalidade a ser aplicada.
- b) Multa, calculada na forma do edital ou do contrato.
- c) Declaração de inidoneidade, a ser aplicada diretamente pelo fiscal do contrato.
- d) Impedimento de licitar e contratar com o órgão Alfa por prazo indeterminado.

e) Rescisão unilateral do contrato, sem possibilidade de aplicação cumulativa de multa.

**65.** Após a fase de julgamento das propostas em uma licitação na modalidade concorrência, a empresa "Beta Licitações", classificada em segundo lugar, discordou da análise da comissão de contratação que considerou sua proposta inexequível. A empresa deseja contestar a decisão administrativamente.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, qual é o ato processual cabível e o prazo para a empresa "Beta Licitações" apresentar suas razões recursais?

- a) Pedido de reconsideração, a ser apresentado em 5 dias úteis, dirigido à autoridade superior.
- b) Recurso administrativo, com prazo de 3 dias úteis, contado da data da intimação ou da lavratura da ata.
- c) Mandado de segurança, a ser impetrado diretamente no Poder Judiciário no prazo de 120 dias.
- d) Representação, a ser protocolada no próprio órgão licitante no prazo de 10 dias úteis.
- e) Agravo, a ser interposto no prazo de 24 horas, diretamente à autoridade máxima do órgão.

**66.** O TCE-PE mantém um contrato de prestação de serviços de natureza contínua, especificamente de suporte e manutenção de sua rede de tecnologia da informação, com vigência inicial de cinco anos. Próximo ao término do contrato, a Administração, satisfeita com a execução dos serviços e verificando que os preços permanecem vantajosos, deseja estender a vigência do ajuste.

Segundo a Lei 14.133/2021, a duração desse tipo de contrato:

- a) é limitada a 24 meses, sendo vedada qualquer prorrogação adicional.
- b) poderá ser prorrogada por sucessivos períodos, limitada a sua duração a 5 anos.
- c) poderá ser prorrogada por até 60 meses e, excepcionalmente, por mais 12 meses.
- d) é de, no máximo, 12 meses, devendo ser realizada nova licitação ao final do período.
- e) poderá ser prorrogada por sucessivos períodos, limitada a sua duração a 10 anos, desde que atestada a vantajosidade.

---

## DIREITO FINANCEIRO

*Luciana Marinho*

**67.** Em relação à despesa pública, assinale a classificação que busca responder à indagação “em que” área de ação governamental a despesa será realizada.

- a) institucional.
- b) funcional.
- c) programática.
- d) econômica.
- e) por natureza.

**68.** Os princípios orçamentários são diretrizes fundamentais que orientam a elaboração, execução e controle dos orçamentos públicos. Eles garantem que o processo orçamentário seja transparente, eficiente e responsável. Ao verificar se a Lei Orçamentária Anual contém dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, o gestor está considerando o princípio orçamentário denominado:

- a) exclusividade.
- b) unidade.
- c) discriminação.
- d) orçamento bruto.
- e) publicidade.

**69.** A despesa pública refere-se aos gastos realizados pelo governo para atender às necessidades da sociedade e promover o bem-estar social. Esses gastos são fundamentais para o funcionamento do Estado e para a implementação de políticas públicas que visam o desenvolvimento econômico e social. De acordo com a Lei nº 4.320 de 1964, “as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis” classificam-se como:

- a) Transferências Correntes.
- b) Investimentos.
- c) Subvenções.
- d) Despesas de Custeio.
- e) Inversões Financeiras.

**70.** As despesas extraorçamentárias são aquelas que não estão previstas no orçamento anual aprovado pelo poder legislativo, mas que ainda assim são realizadas pelo governo. Elas não fazem parte do orçamento fiscal ou da seguridade social e, portanto, não são incluídas na Lei Orçamentária Anual (LOA). Essas despesas são tratadas de forma separada e têm características específicas que as distinguem das despesas orçamentárias. É exemplo de despesa extraorçamentária:

- a) Restos a pagar não processados.
- b) Aquisição de material de consumo.
- c) Subvenções sociais para custeio de instituições de benemerência.
- d) Despesas de Exercícios Anteriores.
- e) Devolução de cauções em dinheiro.

**71.** De acordo com a lei 4.320/64 no tocante à receita e despesas, assinale alternativa errada:

- a) Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.
- b) São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.
- c) O superávit do Orçamento Corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes não constituirá item de receita orçamentária.
- d) São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, exceto, as provenientes de recursos financeiros recebidos de

outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

e) A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas em receitas correntes e receitas de capital.

**72.** Em relação à receita pública, a Lei 4.320/64 afirma que a receita, cuja arrecadação se origina de concessões e permissões de serviços de transporte, é considerada como:

- a) receitas de transferências.
- b) receitas de serviços.
- c) receitas de operações de créditos.
- d) receitas patrimoniais.
- e) outras receitas correntes.

**73.** De acordo com a Lei 4.320/64, que trata das finanças públicas no Brasil, qual das seguintes opções é considerada uma receita patrimonial:

- a) Impostos sobre a propriedade de veículos automotores.
- b) Juros e dividendos provenientes de investimentos realizados pelo ente público.
- c) Tarifas cobradas pela prestação de serviços públicos específicos.
- d) Multas aplicadas em decorrência de infrações à legislação municipal.
- e) Operação de crédito.

**74.** Considerando os conceitos de déficit público e dívida pública no Brasil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O déficit público ocorre apenas quando o governo federal realiza gastos com programas sociais acima do limite permitido pela Constituição.
- b) A dívida pública interna é sempre mais prejudicial à economia nacional do que a dívida pública externa, por representar maior carga de juros.
- c) A diminuição do déficit público necessariamente indica redução da dívida pública total do país.
- d) O déficit primário considera apenas receitas e despesas antes do pagamento dos juros da dívida pública.
- e) A dívida pública brasileira é composta exclusivamente por compromissos assumidos com organismos internacionais como o FMI.

## ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS E LOGÍSTICA

*Ricardo Campanário*

**75.** Assinale a opção correta no que diz respeito as definições de material permanente e de consumo:

- a) Material Permanente: durabilidade maior que 3 anos e/ou não perde sua identidade física quando incorporado a outro bem.
- b) Material Permanente: durabilidade ilimitada e/ou não perde sua identidade física quando incorporado a outro bem.
- c) Material Permanente: durabilidade maior que 5 anos e/ou não perde sua identidade física quando incorporado a outro bem.
- d) Material de Consumo: utilização geralmente limitada a 2 anos. Após isso perde sua identidade física ou tem a utilização limitada.
- e) Material de Consumo: utilização geralmente limitada a 5 anos. Após isso perde sua identidade física ou tem a utilização limitada.

**76.** No sistema de reposição periódica o intervalo de compras e o tamanho do lote de compra são, respectivamente:

- a) Fixo - Fixo
- b) Variável - Fixo
- c) Variável - Variável
- d) Fixo - Variável
- e) Variável - Irrelevante

**77.** O Ponto do Pedido é um volume que determina o momento do início de um novo processo de compras. Nesse cenário o ponto do pedido se localiza:

- a) entre o estoque mínimo e o estoque máximo
- b) abaixo do estoque mínimo
- c) acima tanto do estoque mínimo como do estoque máximo
- d) abaixo do estoque máximo e coincide com o lote de compra
- e) abaixo do estoque de segurança

**78.** Característica da logística integrada, verificável entre os atores da cadeia de suprimento:

- a) Reserva de informações entre fornecedor e comprador
- b) Segmentação de objetivos e estratégias operacionais
- c) Integração estratégica porém, foco nos objetivos de curto prazo e transações imediatas
- d) Foco nos custos e olhar interno para a cadeia
- e) Integração total entre os atores com constante compartilhamento de informações

**79.** Quanto aos processos de manutenção patrimonial, assinale a afirmativa correta:

- a) Manutenção Preventiva: postura reativa, ou seja, havia a intervenção apenas no momento em que surgia uma quebra. Dessa forma a manutenção não tinha um caráter periódico e não ocorria naturalmente, mas apenas quando o processo produtivo apresentava erros ou falhas.
- b) Manutenção Corretiva: planejamento das atividades necessárias de manutenção. O sistema possui caráter periódico baseado no uso dos equipamentos e nos intervalos médios entre falhas, apurados de acordo com informações do fabricante ou observação do histórico de funcionamento e todo um estudo estatístico conhecido por Curva de Tempo Médio para a Falha (CTMF)
- c) Manutenção Preditiva: nesta modalidade de manutenção todos os equipamentos, instalações e componentes são monitorados por sensores e softwares que emitem alertas quando eventual colapso se aproxima.
- d) Manutenção Corretiva: nesta modalidade de manutenção todos os equipamentos, instalações e componentes são monitorados por sensores e softwares que emitem alertas quando eventual colapso se aproxima.
- e) Manutenção Preditiva: postura reativa, ou seja, havia a intervenção apenas no momento em que surgia uma quebra. Dessa forma a manutenção não tinha um caráter periódico e não ocorria naturalmente, mas apenas quando o processo produtivo apresentava erros ou falhas.

**80.** São consideradas as três atividades primárias da logística:

- a) Manuseio de Materiais, Embalagem de Proteção e Transportes.
- b) Obtenção, Manutenção de Estoques e Transportes
- c) Obtenção, Manutenção de Estoques e Vendas
- d) Processamento de Pedido, Manutenção de Estoques e Transportes

e) Processamento de Pedido, Manutenção de Estoques e Manutenção das Informações

## Discursiva

Ao final de 20X2, o Poder Executivo de um município do estado PQR divulgou que suas despesas com pessoal totalizavam R\$ 110 milhões e que a receita corrente líquida acumulada no mês corrente e nos onze meses anteriores era de R\$ 200 milhões. A receita corrente líquida não sofreu queda real em comparação ao quadrimestre do exercício financeiro anterior. O município em questão tem população de 30 mil habitantes e o chefe do Poder Executivo municipal encerra seu mandato ao final de 20X4.

Considerando a situação hipotética apresentada, redija uma questão discursiva em resposta aos próximos questionamentos, à luz do que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

1. Qual é a situação do Poder Executivo do município no que diz respeito aos limites de despesa com pessoal?
2. Em qual documento a LRF determina que sejam informados os limites de despesa com pessoal de Poder Executivo municipal?
3. Segundo a LRF, que medidas o Poder Executivo do município em questão deverá tomar em relação às despesas com pessoal?
4. Que sanções serão aplicáveis ao Poder Executivo municipal caso não sejam tomadas as medidas determinadas pela LRF?

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

Simulado Final TCE-PE (Analista de Gestão - Administração) - 24/08/2025

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.*

*Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>